

**Disciplina: CON-PROP-00038 - ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS GOVERNAMENTAIS**

Créditos: 3

Carga Horária Semestral: 60		
Teórica: 30	Exercícios:30	Laboratório: 0

OBJETIVOS DA DISCIPLINA:

Propiciar ao aluno um amplo conhecimento de como elaborar e analisar os demonstrativos governamentais.

EMENTA DA DISCIPLINA:

Aspectos conceituais e legais do RREO. A transparência na gestão fiscal. O Manual de demonstrativos fiscais. Conteúdo descritivo da RREO. Prazos e sanções. Quadros informativos (Anexos) e formação de indicadores analíticos. Aspectos conceituais e legais do RGF. A transparência na gestão fiscal. O Manual de demonstrativos fiscais. Conteúdo descritivo do RGF. Prazos e sanções. Quadros informativos (Anexos) e formação de indicadores analíticos.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de demonstrativos fiscais : aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 7. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2016. 653 p.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplica ao setor público : aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios / Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 7. ed. – Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2017. 415 p.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. D. de. Finanças públicas : teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988, p. 1. 06.02.00

_____. Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providencias. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 maio 2000, Seção 1, p. 1.

_____. Lei Complementar nº 61, de 26 de dezembro de 1989. Estabelece normas para a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, relativamente às exportações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 dez. 1989, Seção 1.

_____. Lei Complementar no 24, de 7 de janeiro de 1975. Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá

_____. Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 mar. 1964, Seção 1, p. 2745. Retificação Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 1964, p. 3195